

INCLUSÃO SEM COMUNICAÇÃO: OS LIMITES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA COM ALUNOS SURDOS NÃO ALFABETIZADOS

INCLUSION WITHOUT COMMUNICATION: THE LIMITS OF PEDAGOGICAL PRACTICE WITH NON-LITERATE DEAF STUDENTS

INCLUSIÓN SIN COMUNICACIÓN: LOS LIMITES DE LA PRÁCTICA PEDAGÓGICA COM ESTUDIANTES SORDOS NO ALFABETIZADOS

José Gustavo Ferreira da Silva¹
Rozineide Iraci Pereira da Silva²

RESUMO: Este artigo discute os limites da prática pedagógica diante da inclusão de alunos não alfabetizados em escolas regulares, especialmente quando o estudante é o único surdo da instituição. O estudo problematiza as dificuldades de comunicação, a ausência da Libras como primeira língua, a carência de profissionais especializados e os desafios enfrentados pelos docentes no processo de ensino-aprendizagem. Fundamenta-se em autores como Skliar, Quadros, Mantoan e Lodi, além da legislação brasileira voltada à educação inclusiva e à educação bilíngue para surdos. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, baseada em livros, artigos científicos e documentos legais. Os resultados demonstram que a simples matrícula do aluno na escola regular não garante inclusão efetiva, sobretudo quando não há acessibilidade linguística e metodologias adequadas. Observou-se que muitos estudantes permanecem excluídos das interações pedagógicas e sociais, comprometendo seu desenvolvimento cognitivo e emocional. Conclui-se que a inclusão escolar exige políticas públicas consistentes, formação continuada de professores, presença de intérpretes e valorização da Libras como elemento central da aprendizagem. Dessa forma, a escola poderá promover uma educação verdadeiramente inclusiva, democrática e humanizada.

1

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Surdos. Libras. Prática pedagógica.

ABSTRACT: This article discusses the limitations of pedagogical practice regarding the inclusion of non-literate students in mainstream schools, particularly when the student is the only deaf individual in the institution. The study examines issues such as communication difficulties, the absence of Libras (Brazilian Sign Language) as a first language, the lack of specialized professionals, and the challenges teachers face in the teaching-learning process. It draws upon the work of authors such as Skliar, Quadros, Mantoan, and Lodi, as well as Brazilian legislation concerning inclusive education and bilingual education for the deaf. The methodology employed was a qualitative bibliographic review based on books, scientific articles, and legal documents. The results demonstrate that merely enrolling a student in a mainstream school does not guarantee effective inclusion, especially in the absence of linguistic accessibility and appropriate methodologies. It was observed that many students remain excluded from pedagogical and social interactions, which compromises their cognitive and emotional development. The study concludes that school inclusion requires consistent public policies, continuous teacher training, the presence of interpreters, and the valuing of Libras as a central element of learning. In this way, schools can foster an education that is truly inclusive, democratic, and humanized.

Keywords: School inclusion. Deaf students. Libras. Pedagogical practice.

¹Mestrando em Ciências da Educação pela Christian Business School - CBS.

²Professora orientadora da Christian Business School - CBS. PhD, Doutora em Ciências da Educação, Mestra em Ciências da Educação, Especialista em Escrita Científica Avançada, Psicopedagoga, Pedagoga, Professora do ensino superior

RESUME: Este artículo aborda las limitaciones de la práctica pedagógica en relación con la inclusión de estudiantes sordos en escuelas regulares, particularmente cuando el alumno es la única persona sorda de la institución. El estudio examina cuestiones como las dificultades de comunicación, la ausencia de Libras (Lengua de Señas Brasileña) como primera lengua, la falta de profesionales especializados y los desafíos que enfrentan los docentes en el proceso de enseñanza-aprendizaje. Se fundamenta en las obras de autores como Skliar, Quadros, Mantoan y Lodi, así como en la legislación brasileña relativa a la educación inclusiva y la educación bilingüe para sordos. La metodología empleada consistió en una revisión bibliográfica cualitativa basada en libros, artículos científicos y documentos legales. Los resultados demuestran que la mera matriculación de un estudiante en una escuela regular no garantiza una inclusión efectiva, especialmente ante la falta de accesibilidad lingüística y de metodologías adecuadas. Se observó que muchos estudiantes permanecen excluidos de las interacciones pedagógicas y sociales, lo que compromete su desarrollo cognitivo y emocional. El estudio concluye que la inclusión escolar requiere políticas públicas coherentes, formación docente continua, la presencia de intérpretes y la valoración de Libras como elemento central del aprendizaje. De este modo, las escuelas pueden fomentar una educación verdaderamente inclusiva, democrática y humanizada.

Palabras clave: Inclusión escolar. Estudiantes sordos. Libras. Práctica pedagógica.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva constitui um dos principais desafios da escola contemporânea, especialmente quando se trata da inclusão de estudantes surdos não alfabetizados no ensino regular. Embora a legislação brasileira assegure o direito à educação para todos, ainda existem inúmeras barreiras que dificultam a aprendizagem e a participação efetiva desses estudantes no ambiente escolar. A ausência de comunicação adequada compromete tanto o desenvolvimento pedagógico quanto a interação social do aluno surdo.

A inclusão do estudante surdo em turmas compostas apenas por ouvintes evidencia problemas relacionados à acessibilidade linguística. Em muitas escolas, o aluno surdo é o único usuário potencial da Libras, o que favorece o isolamento e limita as possibilidades de construção de identidade cultural e linguística. Nesse contexto, a prática pedagógica frequentemente se mostra insuficiente para atender às necessidades específicas desse público.

Segundo Skliar (1998), a educação de surdos deve considerar a diferença linguística e cultural desses sujeitos, e não apenas suas limitações auditivas. A ausência da Libras no cotidiano escolar representa um obstáculo significativo à alfabetização e à aprendizagem. Além disso, muitos professores não possuem formação adequada para trabalhar com alunos surdos, o que amplia as dificuldades no processo educativo.

A Lei nº 10.436/2002 reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda, enquanto o Decreto nº 5.626/2005 estabelece diretrizes para sua implementação no contexto educacional. Apesar dos avanços legais, a realidade escolar ainda demonstra distanciamento entre as políticas públicas e as práticas pedagógicas efetivamente desenvolvidas nas instituições de ensino.

Diante dessa problemática, este estudo tem como objetivo analisar os limites da prática pedagógica com alunos surdos não alfabetizados no contexto da inclusão escolar. Assim, busca-se compreender os desafios enfrentados por professores e estudantes, refletindo sobre a importância da acessibilidade linguística, da formação docente e da educação bilíngue para a construção de uma inclusão efetiva.

REFERENCIAL TEÓRICO

CONCEPÇÕES HISTÓRICAS DA SURDEZ E A IDENTIDADE SURDA

A compreensão da surdez passou por profundas transformações ao longo da história. Durante muitos séculos predominou o modelo clínico, que entendia a surdez como uma deficiência que precisava ser corrigida por meio de tratamentos e da oralização. Nesse contexto, os indivíduos surdos eram frequentemente considerados incapazes de desenvolver plenamente suas habilidades cognitivas e educacionais, sendo privados do acesso à língua de sinais e submetidos a práticas excludentes. Conforme Skliar (1998), essa perspectiva ignorava os aspectos culturais e linguísticos da comunidade surda, reforçando processos de marginalização social e escolar.

Com o avanço das discussões sobre direitos humanos e inclusão, novas concepções passaram a reconhecer a surdez como uma diferença linguística e cultural. A comunidade surda passou a ser compreendida como um grupo social que possui identidade própria, construída principalmente pela utilização da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Segundo Quadros (2006), a língua de sinais constitui a primeira língua da maioria das pessoas surdas, desempenhando papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social do indivíduo.

A identidade surda é construída por meio das experiências culturais, das interações sociais e do pertencimento à comunidade surda. Skliar (1998) ressalta que a convivência entre pares fortalece a construção da identidade, permitindo que o sujeito desenvolva autonomia, autoestima e sentimento de pertencimento. Dessa forma, compreender a surdez apenas sob a

perspectiva da deficiência significa desconsiderar importantes aspectos culturais que caracterizam essa população.

Sob a perspectiva sociocultural, Vygotsky (1998) destaca que o desenvolvimento humano ocorre através das interações sociais mediadas pela linguagem. Para o estudante surdo, essa mediação acontece prioritariamente pela Libras, tornando indispensável seu acesso desde os primeiros anos de vida. Quando esse direito é negado, o desenvolvimento linguístico e cognitivo pode ser comprometido, refletindo diretamente no processo de aprendizagem e na participação social.

Nesse contexto, reconhecer a Libras como elemento constitutivo da identidade surda representa um importante avanço para a construção de práticas educacionais inclusivas. A valorização da cultura surda contribui para o fortalecimento da cidadania, da autonomia e da participação efetiva desses estudantes nos diferentes espaços sociais e educacionais.

A LIBRAS E O MARCO LEGAL DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais representa uma das principais conquistas da comunidade surda no Brasil. A promulgação da Lei nº 10.436/2002 reconheceu oficialmente a Libras como meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas, garantindo seu uso em diferentes espaços sociais e educacionais. Esse reconhecimento fortaleceu a luta pelos direitos linguísticos e ampliou as possibilidades de acesso à educação.

4

Posteriormente, o Decreto nº 5.626/2005 regulamentou a referida lei e estabeleceu importantes diretrizes para sua implementação. Entre elas destacam-se a obrigatoriedade da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores e de Fonoaudiologia, além da garantia da presença de intérpretes de Libras nos ambientes educacionais. Essas medidas representam avanços significativos na promoção da acessibilidade linguística e da inclusão escolar.

A constituição Federal de 1988 assegura a educação como direito de todos, enquanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) determina que os estudantes com deficiência tenham acesso ao ensino regular com atendimento às suas necessidades específicas. Complementando esse conjunto normativo, a lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) reafirma o direito à educação inclusiva em igualdade de oportunidades, vedando qualquer forma de discriminação.

Apesar dos avanços legais, diversos pesquisadores apontam que a existência da legislação não garante, por si só, a efetivação da inclusão. Lacerda (2006) argumenta que a ausência de

acessibilidade linguística compromete significativamente o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes surdos, tornando insuficiente apenas matrícula na escola regular.

Assim, a legislação brasileira representa importante instrumento para assegurar direitos, porém sua efetividade depende da implementação de políticas públicas, investimentos em formação docente, contratação de intérpretes, disponibilização de recursos acessíveis e valorização da cultura surda no ambiente escolar.

EDUCAÇÃO BIBLÍNGUE E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DO ESTUDANTE SURDO

A educação bilíngue é considerada atualmente uma das propostas pedagógicas mais adequadas para atender às necessidades educacionais dos indivíduos surdos. Nesse modelo, a Libras é reconhecida como primeira língua (L1), enquanto a língua portuguesa, na modalidade escrita, é ensinada como segunda língua (L2). Segundo Quadros e Schmiedt (2006), essa proposta respeita as especificidades linguísticas do estudante e favorece seu desenvolvimento integral.

Goldfeld (2002) afirma que a aprendizagem da criança surda ocorre predominantemente por meio da existência visual. Dessa maneira, a utilização da Libras como língua de instrução torna-se indispensável para garantir a construção dos conhecimentos escolares. Quando esse recurso não é utilizado, o estudante pode apresentar dificuldades significativas na compreensão dos conteúdos e na aprendizagem da língua portuguesa escrita.

Lodi (2013) destaca que o ensino bilíngue não se limita ao uso da Libras em sala de aula, mas envolve toda uma reorganização curricular e pedagógica que reconheça as diferenças linguísticas dos estudantes surdos. Isso inclui materiais didáticos acessíveis, metodologias visuais, avaliações adaptadas e práticas pedagógicas coerentes com essa perspectiva educacional.

Além da organização curricular, o ambiente escolar deve favorecer a convivência entre estudantes surdos e ouvintes, promovendo o respeito à diversidade linguística e cultural. Skliar (1998) ressalta que a presença da comunidade surda no espaço escolar fortalece a identidade dos estudantes e amplia suas possibilidades de desenvolvimento social e acadêmico.

Portanto, a educação bilíngue representa uma proposta que vai além da inclusão física do aluno na escola regular. Trata-se de uma política educacional que busca assegurar condições efetivas para o desenvolvimento linguístico, cognitivo, cultural e social da pessoa surda.

A FORMAÇÃO DOCENTE E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR

A formação dos profissionais da educação constitui um dos principais fatores para a efetivação da inclusão escolar dos estudantes surdos. Embora a legislação determine a preparação dos professores para atuar na educação inclusiva, ainda são frequentes relatos de insegurança e dificuldades relacionadas ao ensino desse público. Mantoan (2003) afirma que a inclusão exige mudanças profundas nas práticas pedagógicas e na organização das instituições escolares.

Entre as principais dificuldades enfrentadas pelos docentes destaca-se o desconhecimento da Libras. A ausência dessa competência limita a comunicação entre professor e estudante, comprometendo o planejamento das atividades, a interação em sala de aula e a construção do conhecimento. Como consequência, muitos alunos permanecem apenas fisicamente inseridos na escola, sem participação efetiva nas atividades pedagógicas.

Outro desafio refere-se à escassez de profissionais especializados e de recursos pedagógicos acessíveis. Lacerda (2006) destaca que a ausência de intérpretes, materiais adaptados e estratégias bilíngues compromete significativamente o processo de inclusão. Além disso, a falta de planejamento coletivo dificulta o atendimento às necessidades específicas dos estudantes surdos.

6

Lodi (2013) salienta que a inclusão escolar deve ser compreendida como um processo que envolve toda a comunidade escolar. Isso significa que professores, gestores, intérpretes, familiares e demais profissionais precisam atuar de forma integrada para garantir condições adequadas de aprendizagem, comunicação e participação.

Sendo assim, investir na formação continuada dos profissionais da educação torna-se indispensável para consolidar práticas pedagógicas inclusivas, respeitando as diferenças linguísticas, culturais e educacionais da comunidade surda.

DESAFIOS DA MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DO ESTUDANTE SURDO

A efetivação da inclusão escolar depende, sobretudo, da existência de uma comunicação acessível entre professor e estudante. No caso dos alunos surdos não alfabetizados, a ausência de uma língua compartilhada compromete significativamente o processo de ensino e aprendizagem. Lodi (2013) evidencia que a inclusão não deve restringir-se ao acesso físico à escola, mas assegurar condições linguísticas que permitam a participação efetiva do estudante

em todas as atividades escolares. Sem essa mediação, o processo educativo torna-se limitado e pouco significativo.

A prática pedagógica necessita considerar as especificidades linguísticas e culturais do estudante surdo. Segundo Quadros e Schmiedt (2006), a Libras constitui como a sua primeira língua para a maioria dos surdos e representa o principal instrumento do conhecimento. Quando o aluno ingressa na escola sem domínio da Libras ou quando os professores não possuem formação adequada para utilizá-la, surgem barreiras que dificultam a alfabetização, a interação social e o desenvolvimento cognitivo.

Outro aspecto importante refere-se ao planejamento das estratégias pedagógicas. Mantoan (2003) afirma que a educação inclusiva exige mudanças nas metodologias de ensino, rompendo com práticas padronizadas que desconsideram as necessidades individuais dos estudantes. Para o aluno surdo não alfabetizado, torna-se indispensável a utilização de recursos visuais, materiais adaptados e práticas bilíngues que favoreçam a compreensão dos conteúdos e promovam sua participação nas atividades escolares.

Além das adaptações metodológicas, a escola deve garantir condições de acessibilidade linguística através da atuação de profissionais qualificados e da valorização da Libras no ambiente educacional. Lacerda (2006) ressalta que a ausência de intérpretes, professores bilíngues e recursos acessíveis limita a aprendizagem e favorece processos de exclusão, mesmo quando o estudante está matriculado na escola regular. Nessa perspectiva, a inclusão somente se concretiza quando o direito à comunicação é efetivamente assegurado.

Sob a perspectiva histórico-cultural, Vygotsky (1998) compreende a linguagem como elemento fundamental para o desenvolvimento das funções cognitivas superiores e das relações sociais. Dessa forma, privar o estudante surdo de uma língua plenamente acessível significa restringir suas possibilidades de aprendizagem e participação escolar. Portanto, a construção de práticas pedagógicas inclusivas requer investimento na formação docente, na acessibilidade linguística e na valorização da cultura surda, garantindo que o processo educativo ocorra de forma equitativa e significativa.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa, desenvolvida a partir da análise de livros, artigos científicos, legislações e documentos oficiais relacionados à educação inclusiva e à educação de surdos. O estudo buscou compreender os

limites da prática pedagógica com alunos surdos não alfabetizados inseridos em escolas regulares.

A abordagem qualitativa foi escolhida por permitir a interpretação e análise dos fenômenos sociais e educacionais relacionados à inclusão escolar. Segundo Minayo (2001), esse tipo de pesquisa possibilita compreender significados, experiências e relações presentes na realidade investigada. Dessa forma, a pesquisa permitiu refletir sobre os desafios enfrentados por professores e estudantes surdos no cotidiano escolar.

Para fundamentar teoricamente o estudo, foram utilizados autores reconhecidos na área da educação de surdos e inclusão escolar, como Skliar, Quadros, Mantoan, Goldfeld e Lodi. Também foram analisadas legislações brasileiras, como a Lei nº 10.436/2002, o Decreto nº 5.626/2005 e a Lei Brasileira de Inclusão de 2015.

A coleta de dados ocorreu por meio da leitura e seleção de materiais publicados em bases científicas e documentos oficiais. Os textos foram analisados com base em categorias temáticas relacionadas à comunicação, alfabetização, acessibilidade linguística, formação docente e educação bilíngue para surdos.

A análise dos dados buscou identificar os principais desafios da inclusão escolar de estudantes surdos não alfabetizados e refletir sobre possíveis estratégias pedagógicas capazes de favorecer uma educação mais inclusiva e democrática. A pesquisa também considerou os impactos da ausência da Libras no ambiente escolar e suas consequências para o desenvolvimento educacional do aluno surdo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa demonstram que a inclusão de alunos surdos não alfabetizados nas escolas regulares ainda ocorre de maneira limitada e, muitas vezes, superficial. Embora os estudantes estejam fisicamente presentes nas salas de aula, a ausência de comunicação adequada impede sua participação efetiva nas atividades pedagógicas. Essa realidade evidencia que inclusão não significa apenas acesso à escola, mas garantia de aprendizagem significativa.

Observou-se que a principal dificuldade enfrentada pelos estudantes surdos está relacionada à ausência da Libras no ambiente escolar. Em muitas instituições, professores e colegas não dominam a língua de sinais, dificultando a interação social e pedagógica. Dessa maneira, o aluno surdo permanece isolado, sem conseguir compreender plenamente os conteúdos trabalhados em sala de aula.

Outro aspecto identificado refere-se à insuficiência da formação docente. Muitos professores demonstram insegurança ao lidar com estudantes surdos, especialmente quando não há intérprete de Libras disponível. A ausência de preparo específico compromete a elaboração de metodologia acessíveis e limita as possibilidades de desenvolvimento do aluno.

A pesquisa também revelou que o estudante surdo não alfabetizado enfrenta dificuldades na aquisição da língua portuguesa escrita. Sem acesso prévio à Libras, o processo de alfabetização torna-se ainda mais complexo, uma vez que o aluno não possui uma base linguística consolidada. Isso reforça a importância da educação bilíngue e da valorização da língua de sinais desde os primeiros anos escolares.

Outro ponto relevante diz respeito ao impacto emocional causado pela exclusão comunicacional. Muitos surdos apresentam sentimentos de isolamento, baixa autoestima e desmotivação escolar. A falta de interação com colegas e professores interfere diretamente na construção da identidade e no desenvolvimento social do estudante.

Apesar das dificuldades identificadas, a pesquisa aponta que práticas pedagógicas inclusivas podem contribuir significativamente para a aprendizagem do aluno surdo. O uso de recursos visuais, materiais adaptados, tecnologias assistivas e metodologias bilíngues favorece a participação do estudante nas atividades escolares e amplia suas possibilidades de aprendizagem.

9

Dessa forma, os resultados reforçam a necessidade de políticas públicas mais efetivas voltadas à formação docente, à contratação de profissionais especializados e à implementação da educação bilíngue nas escolas. A inclusão escolar do aluno surdo somente será efetiva quando houver acessibilidade linguística, valorização da Libras e compromisso coletivo com a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar de alunos surdos não alfabetizados representa um grande desafio para a educação brasileira contemporânea. Embora existam avanços legais importantes, a realidade das escolas demonstra que ainda há distância significativa entre o que é garantido pela legislação e o que efetivamente ocorre no cotidiano escolar.

A ausência de comunicação adequada constitui um dos principais fatores que dificultam a aprendizagem e a participação do estudante surdo. Quando a Libras não está presente no

ambiente escolar, o aluno encontra barreiras para compreender os conteúdos, interagir socialmente e desenvolver sua autonomia.

O estudo evidenciou que muitos professores não possuem formação adequada para atuar com estudantes surdos, o que compromete a construção de práticas pedagógicas inclusivas. A formação continuada e o conhecimento sobre educação bilíngue tornam-se fundamentais para garantir uma atuação pedagógica mais eficiente e humanizada.

Também se constatou que a inclusão do aluno surdo como único surdo da escola favorece situações de isolamento linguístico e cultural. A ausência de pares surdos limita a construção da identidade e reduz as possibilidades de interação em Libras, dificultando o processo de aprendizagem.

Nesse sentido, torna-se essencial que as políticas públicas priorizem a acessibilidade linguística nas instituições escolares. A presença de intérpretes, professores bilíngues e materiais pedagógicos acessíveis é indispensável para garantir condições adequadas de aprendizagem aos estudantes surdos.

A educação inclusiva precisa ser compreendida como um compromisso coletivo que envolve gestores, professores, famílias e toda a comunidade escolar. A inclusão não deve ocorrer apenas no discurso, mas nas práticas cotidianas que valorizem as diferenças e respeitem as especificidades linguísticas e culturais dos estudantes surdos.

10

Conclui-se, portanto, que a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige mudanças estruturais, pedagógicas e atitudinais. Somente por meio da valorização da Libras, da formação docente e da implementação de práticas bilíngues será possível promover uma educação democrática, acessível e capaz de garantir o pleno desenvolvimento dos alunos surdos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1998.

BRASIL. **Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 09 nov. 2025.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista.** São Paulo: Plexus, 2002.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre essa experiência.** Cadernos Cedes, Campinas, v. 26, n. 69, p. 163-184, 2006.

LODI, Ana Claudia Balieiro. **Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 49-63, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2001.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

QUADROS, Ronice Muller de; SCHMIEDT, Magali L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos.** Brasília: MEC, 2006.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.